

Brasil no Século XXI

Visão de Algumas Insuficiências para Ampla Inserção no Mundo Globalizado

*Amílcar Manoel de Menezes **

Introdução

O tema proposto, que será analisado sob o ponto de vista econômico, sugere sintética avaliação do desempenho da economia pátria durante os anos que coincidem com o recente e vitorioso esforço nacional para colocar o País no caminho da estabilidade.

O período foi rico em acontecimentos, hoje histórico, que vêm mudando a face do planeta. Bastariam ser citados a queda do muro de Berlim, a implosão do império soviético e o fenômeno da globalização, que correu o mundo tendo, como conteúdo teórico, objetivo e metas consubstanciados no “Consenso de Washington”.

Na realidade, o fenômeno da globalização, observado contemporaneamente, parece ter suas raízes fundadas nas idéias de mundialização que convivem com a humanidade há séculos. São expectativas que retratam uma das faces da concentração e expansão do poder sobre o planeta.

Objetivamente, externam o conjunto de aspirações de quantos, pessoas ou grupos, pseudo-incumbidos de administrar o poder global, buscam justificar moralmente as relações sociais e econômicas que caracterizam a evolução de sociedades mais desenvolvidas. Alguns centros de poder, dispendo de capacidade para influenciar a cena internacional, divisam vias “apropriadas” para satisfazer seus interesses hegemônicos. Os momentos mais propícios são aqueles em que se acentuam tendências para concentração do poder político e econômico mundial.

Poder-se-ia dizer, minimizando o temor de erro, que o fenômeno globalizante guarda certa analogia com o processo civilizatório. As manifestações nesse sentido parecem ser cíclicas. Surgem durante períodos definidos (quando ocorre concentração de forças) ou junto a importantes marcos históricos.

Nesses instantes, registra-se a hipertrofia, no nível mundial, de forças políticas, militares e econômicas que buscam dirigir o comportamento universal.

Historicamente, o comando do poder global manifestou-se através de mãos únicas de soberanos, como se assistiu no passado longínquo, ou ficou circunscrito a pequeno grupo de governantes, ligados à potência hegemônica, como ocorre na atualidade.

Breve retrospectiva apontaria para a Grécia antiga. O século V é um marco da época em que a cultura e os valores atenienses foram irradiados para toda Helade. Pouco mais tarde, sob as armas de Alexandre Magno, general que dominou quase todo mundo conhecido durante seu curto período histórico, a cultura grega e seus valores foram espalhados da China até o Egito. Concretizava-se a fase globalizante do Helenismo. Lembrar-se-ia, ainda, a “Roma dos Césares”. À sombra dos estandartes romanos espalharam-se, por toda Europa Ocidental, a língua, os costumes, a religião e a cultura jurídica, elementos intrínsecos ao poder hegemônico de Roma.

O desejo de globalizar as relações políticas e econômicas esteve presente também durante o período protocapitalista. O Mercantilismo seria um bom exemplo. Na era capitalista, a Inglaterra imperial disseminou pelo mundo a doutrina do “laissez faire”. O intuito foi abrir o mercado mundial para manufaturas inglesas altamente competitivas. Outros exemplos de mesmo teor poderiam ser citados. Nota-se, contudo, nessa resumida trajetória, que o fenômeno da globalização esteve sempre latente, envolvendo diferentes matizes e manifestando-se com o passar dos séculos. Também, torna-se compreensível, que as tentativas de globalização sempre se fizeram acompanhar da concentração do poder, político-militar e econômico.

Contemporaneamente, o processo de universalização acercou-se de características outras, sofisticadas e sutis, embora não tenha abandonado os elementos nucleares, consubstanciados na concentração de poder, hoje atrelados ao seguimento financeiro transnacional.

A atual polarização do poder teve suas nuances impulsionada pela frustração das ideologias socialistas. Não cumprindo as promessas de bem-estar geral, os socialistas confrontaram as populações do leste com os altos padrões de bem-estar conquistado pelo ocidente industrializado. As barreiras socialistas não foram suficientes para esconder as vantagens materiais dos mercados capitalistas. Como desestimular as benesses oferecidas pelos mercados

ocidentais, sua variedade de bens e serviços e a fascinante “liberdade para escolher”? Os simbolismos contidos na queda do “muro de Berlim” e a concreta implosão da U.R.S.S., nada mais significam que desejos convictos, e não satisfeitos, de sociedades que buscam padrões elevados de vida. A essas sociedades foram negados os benefícios das conquistas de bem-estar material incorporadas ao patrimônio da humanidade e oferecidas por florescentes mercados do ocidente. Assim, o poder concentrado pelo mundo comunista não foi suficiente para conter a vontade coletiva pelo melhor-estar. Foram rompidas as comportas que impediam o acesso à economia de mercado. Os capitais do leste vieram se juntar em único pólo.

A bipolaridade do passado cedeu lugar à concentração unipolar do capital financeiro internacional. O setor financeiro transnacional se apresenta cada vez mais forte protegido pelos dois grandes sistemas capitalistas: a América do Norte e a União Européia.

A Herança Cultural do Processo Globalizante

O poder imperante precisava de uma nova “ordem mundial”. As “regras internacionais” recém criadas foram inspiradas em herança cultural advinda da “Comissão Trilateral”. *“A Comissão Trilateral foi fundada em 1973 por cidadãos particulares da Europa Ocidental, Japão e América do Norte, para promover uma cooperação mais próxima, entre as três regiões, a respeito de seus problemas comuns. Autores mais cépticos, entretanto, interpretaram a expressão cooperação próxima como um conluio entre banqueiros e corporações multinacionais, de olho no governo mundial único”. (Jim Mars - in Rule by Secrecy –New York-Harper Collins Pub.Inc.2000). “Muitos dos membros da Comissão Trilateral estão hoje em posições de poder, de onde podem implementar políticas recomendadas pela Comissão; medidas que eles mesmos preparam como membros da Trilateral. É por esta razão que ela adquiriu a reputação de ser o governo oculto do ocidente.(Robert Eringer, jornalista e pesquisador).* A Comissão reuniu estrategistas da Europa Ocidental, Japão e América do Norte. Como pode ser observado, vem estabelecendo metas bem definidas. Intrínseco está, sem sombra de dúvida, o atingimento de objetivos hegemônicos das potências representadas. Assim, ideologia professada pela Comissão Trilateral vem produzindo grande impacto nas regras do intercâmbio mundial.

Um desdobramento ou evolução de idéias voltadas para reformar as relações econômicas mundiais pode estar contido no processo de Globalização Liberal que sacudiu o planeta durante os anos noventa. Assim, se a Comissão Trilateral pode ser vista como a fonte de onde emanaram os valores para compor uma “nova ordem mundial”, consubstanciada na construção de futuro governo único para a humanidade, o exercício derivado de tal caldo de cultura evoluiu para outro paradigma: o “Consenso de Washington”.

Em novembro de 1989, reuniram-se em Washington, capital dos Estados Unidos, representantes do governo americano e funcionários graduados do Banco Mundial – BIRD –, do Fundo Monetário Internacional – FMI –, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – e bom número de renomados economistas e especialistas de países latino-americanos. Conquanto a reunião tivesse caráter informal, as visões de mundo dali emanadas, iriam provocar completo revisionismo das regras do intercâmbio internacional entre mercadorias e serviços.

O “Consenso de Washington” passa, então, a irradiar as bases do novo modelo, que vem sendo traduzido nas regras da globalização contemporânea. Em seus primórdios, foram examinadas de forma abrangente 10 áreas de interesse: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização do mercado financeiro, abertura do mercado cambial, liberalização comercial, política de investimentos estrangeiros, privatizações, desregulamentação e propriedade intelectual. Os pressupostos básicos estão contidos em filosofia que contempla a abertura ampla e geral dos mercados comerciais e financeiros, exceção feita aos assuntos que dizem respeito à mobilidade da força de trabalho.

A fórmula que passou a ser usada tem como base a desregulamentação. Normas, regras, usos e costumes intrínsecos às experiências nacionais no trato do comércio exterior vêm sendo gradativamente eliminados. A desregulamentação introduzida não reconhece teses clássicas admitidas no contexto da própria Economia Liberal, como no caso da teoria universalmente aceita *infanty industries* (indústrias nascentes). São procedimentos legais instituídos para proteger indústrias recém criadas, sem tradição e com escala produtiva incapacitada a arrostar-se com similares localizadas nas economias maduras.

No campo financeiro, acompanhando a receita prescrita, pontificou a desregulamentação das normas cambiais, das regras que envolvem os

movimentos de capitais e dos procedimentos que regem os serviços bancários. Exemplificando o fato, vale citar o caso da instalação de agências de bancos internacionais em terceiros países. Antes do processo de desregulamentação, as filiais eram instaladas sob a universal regra da reciprocidade. Isto é, a instalação de uma filial de banco estrangeiro no mercado doméstico correspondia à faculdade de estabelecimento de agência, de banco nacional, no país solicitante, onde se encontrava a matriz financeira. Tal procedimento deixou de existir.

De mesma forma, hercúleas tentativas foram feitas para que o intercâmbio com mercadorias passasse a ser totalmente livre. A fórmula utilizada foi a redução ou transformação a zero das tarifas alfandegárias. Concomitantemente, abandonar-se-ia as proteções aduaneiras efetivando a elisão de quaisquer barreiras alfandegárias, sanitárias ou fitossanitárias. Completando-se o elenco no campo da desregulamentação, seriam abolidos quaisquer tipos de cotas para bens específicos.

Em síntese, o “Consenso de Washington” buscava por em prática ou retornar, com algumas exceções, à doutrina capitalista “liberal” do final do século XIX, marcado por um “liberalismo irrestrito”. Recriava-se a imagem de uma economia única, cosmopolita, universal, sem fronteiras políticas, apta a expor mercados locais, regionais e nacionais, à ampla concorrência internacional.

Em síntese, assistiu-se à substantiva queda na atuação do “punho regulador” do estado. Concomitantemente, pela flexibilização das fronteiras nacionais, o conceito de “soberania relativa” vem induzindo à quebra de sinergia das nacionalidades. Esse exercício teórico, transformado em fenômeno da atualidade, ficou conhecido como “Neoliberalismo Globalizante” ou, simplesmente, “Globalização Contemporânea”.

A primeira e grande reação foi o fortalecimento ou edificação dos blocos econômicos regionais. O objetivo iminente era aliviar ou evitar a concorrência predatória apta a invadir áreas específicas, onde indústrias nacionais, sem tradição e/ou que não contassem com economias de escala, viessem a sucumbir ou banalmente serem sucateadas, despejando nas ruas centenas de milhares de operários e suas famílias.

O Mercosul pode ser citado como exemplo. O instrumento básico de defesa criado foi a Tarifa Externa Comum – TEC. O artifício visou à preservação da atividade econômica e, principalmente, à manutenção do emprego no curto prazo. Porém, intrabloco, as metas do Consenso de Washington passavam

a ter consequência. Regionalmente, o escopo se compunha em aplainar as assimetrias e desarmonias macroeconômicas na tentativa de formação de futura comunidade econômica e monetária. Tenha-se em mente o tratado de Maastricht que com sucesso reduziu drasticamente as diferenças nacionais dentro do bloco europeu. Adicionalmente, a Comunidade Européia cercou-se de salva-guardas (leia-se subsídios) para harmonizar-se com o processo de globalização. Mesmo sob guarda-chuvas institucionais os índices de desemprego subiram alarmantemente, e dezenas de milhares de operários ficaram, compulsoriamente, na ociosidade.

Formalmente, foi sentida a necessidade de órgão ou foro privilegiado para dirimir controvérsias, que fatalmente brotariam das radicais mudanças que vinham sendo implementadas, sob inspiração do Consenso de Washington. Foi, então, criada a Organização Mundial do Comércio – OMC –. O organismo, com características multilaterais, surge como subproduto da *Uruguay Round*. Encarnou a evolução do antigo GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade* – e passou a defender a redução e/ou eliminação de tarifas e barreiras aduaneiras no espaço da multilateralidade.

Até o presente, os arranjos internacionais, trazidos ao mundo pós-bipolaridade, não se têm ajustado às necessidades práticas nem apresentado a desejada congruência. Não houve respostas claras que reequilibrassem a ordem econômica mundial. As crises localizadas (Argentina) se sucedem e as pressões se intensificam.

A Organização Mundial do Comércio – OMC, por exemplo, já nasceu sob forte pressão política. Naquele foro multilateral, se vem manifestando o maior peso político e econômico das grandes potências mundiais, mormente da hegemonia reivindicada ou imposta pelos Estados Unidos. A distribuição da riqueza, no nível mundial, está longe do desejado. As instituições internacionais vêm sendo mais efetivas para apoiar os mercados financeiros. Os que defendem a *Globalização Solidária*, por exemplo, vêm as leis do livre comércio, em si mesmas e a desregulamentação, como eficaz ferramenta para efetivar o reinado da especulação, uma vez que 95% dos intercâmbios econômicos no mundo da atualidade está representado pelas operações financeiras. Esse fato vem produzindo efeitos negativos e danosos à ordem econômica mundial. São visíveis os indícios de que prioridades e aspectos, vinculados ao bem comum, se encontram relegados a plano secundário. Elementos como a preservação da paz, alívio da pobreza, proteção do meio

ambiente, melhoramento dos indicadores da saúde coletiva, monitoramento das condições de trabalho e etc. não têm recebido a devida ênfase.

Da mesma forma, geração da riqueza não vem atendendo às necessidades sociais globais. Se for considerado o fato de que, no ano passado, 36 milhões de pessoas morreram de fome ou de suas conseqüências imediatas, quando a humanidade já está em condições de produzir alimentos para sustentar 12 bilhões de pessoas, isto é, o dobro da população mundial, sente-se que os ditames do Consenso de Washington está muito longe de conseguir o bem-estar individual e a satisfação coletiva que a humanidade tanto anseia.

Por outro lado, as regras instituídas pela globalização, ao propugnar pelo *estado mínimo*, vêm dificultando ou impedindo a expansão dos investimentos no campo social. Os estados nacionais sentem-se inabilitados para facultar acesso fácil e rápido aos equipamentos públicos demandados por suas populações. Os recursos governamentais tornaram-se escassos. A resultante está no fato de que os conflitos econômicos se avolumam no mesmo ritmo da mundialização dos mercados. Os efeitos colaterais não desejáveis da globalização, que deveriam ser objeto de políticas específicas, vêm pondo em risco o capitalismo internacional e convulsionando economias locais.

Assiste-se com freqüência a eclosão, em diferentes áreas do planeta, de movimentos que se contrapõem aos ditames da globalização liberal. Movimentos de repúdio ocorridos em Seattle, Davos e Porto Alegre estão se tornando freqüentes. Seriam os atentados terroristas de 11.09.2001 um grito de cólera da maioria afetada pela exclusão social? Nos campos político e militar foram tomadas urgentes medidas em respostas ao “terrorismo internacional”. Contudo, até o presente, pouco foi feito no que tange a mitigação da pobreza e o reequilíbrio das forças econômicas. Os atuais conflitos do oriente médio vêm causando grande inquietação no mundo em face de potenciais desdobramentos.

No que tange às grandes potências, a abertura de mercados não passa de pura retórica. Na atualidade, os países menos desenvolvidos começam a sentir os efeitos da ressurgência do protecionismo. Em síntese, o mundo está longe das metas do “Consenso de Washington”. A expectativa de harmonia geral no âmbito de uma economia mundializada nos molde da globalização, vem se transformando em um sonho de difícil realização.

Muitos estudiosos e pensadores afirmam que a globalização é um fenômeno complexo que já se instalou na economia mundial. Seria este o momento

apropriado para repensar os benefícios e malefícios e construir uma agenda segura para maior inserção do Brasil no mundo globalizado e, conseqüentemente, sua participação na Área Latina de Livre Comércio –ALCA.

O Brasil diante do Fenômeno da Globalização

Os reflexos do cenário internacional podem ser de grande valia para aquilatar-se o papel da economia doméstica quando exposta ao complexo fenômeno da globalização. Em primeiro lugar, cabem algumas questões. A desregulamentação, que objetiva e tem como resultante a ampla abertura do mercado nacional, elemento chave dos ideólogos do “Consenso de Washington”, consultaria os interesses do Brasil? E a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA – “última grande iniciativa” da diplomacia americana, que põe abaixo as fronteiras políticas e enfraquece a nacionalidade, poderia concorrer para avanços significativos da economia brasileira? Estaria se positivando a máxima de Paul Reynaud de que “as fronteiras são cicatrizes da história”.

Diante da “irreversível” conjuntura, é lícito admitir que a economia brasileira necessitaria de alguns ajustes em seus fundamentos macroeconômicos, para habilitar o País a participar, de forma sustentada, abrangente e competitiva, do complexo fenômeno da globalização.

Assim, supondo-se válidas as metas e regras básicas da globalização, que flutuam à sobra do complexo fenômeno desencadeado pelo *Consenso de Washington*, quais medidas melhor habilitariam a inserção competitiva do Brasil no amplo e complexo processo de globalização? Precisaria o País preparar seus fundamentos macroeconômicos para suportar pressões avassaladoras originadas e acirradas pela concorrência internacional? Cabe, nesse sentido, efetuar-se breve exame das condições subjacentes da Economia Brasileira.

Alguns Aspectos da Economia Brasileira

A década passada foi marcada por grande esforço da sociedade brasileira para superação do crônico processo inflacionário que já dominava a vida econômica. Em boa parte, as medidas tomadas para a estabilização da moeda viram-se vitoriosas.

Embora não se tenha assegurado a extirpação completa do processo, conseguiu-se eliminar a inflação inercial e obter ganho adicional no combate à escalada dos preços provocada por distorções estruturais. A estabilidade,

conquanto relativa, vem se beneficiando nos últimos anos com a tendência a equilíbrio das contas públicas que será alcançado pela continuada aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na atualidade, o Orçamento da União já começa a apresentar superávits primários, embora ainda não suficientes para auto-sustentar, a níveis correntes, o pagamento dos juros e manter sem sobressaltos o rolamento da dívida pública.

Outro ganho destacável da economia brasileira se deu com a abertura comercial. A exposição da indústria à concorrência internacional, principalmente no período marcado pela sobrevalorização do câmbio, demonstrou a maturidade e denodo do empresariado nacional para adaptar-se às fortes pressões da concorrência internacional. É bem verdade que alguns não resistiram, mas a indústria deu passos importantes em direção à modernidade e obtenção de vantagens competitivas. Como um todo, a indústria nacional saiu da refrega modernizada. Foi atravessando essa via *crussis* que o País conseguiu seu ingresso no mundo globalizado.

No campo social, para dar suporte à inserção, foram consignados alguns avanços. Conquanto ainda longe das expectativas, índices que registram melhorias na educação, saúde, previdência e assistência vêm diminuindo a defasagem até então registrada em relação aos padrões internacionais.

Mesmo reconhecendo a importância das políticas implementadas visando ao desenvolvimento nacional, é lícito destacar algumas fragilidades que vêm dificultando a retomada do crescimento e impedindo a ampla inserção do País no processo globalizante. Pode-se afirmar que os fundamentos macroeconômicos da economia brasileira, conquanto tenham apresentado melhoras a partir do ajuste cambial de 1999, não chegam a entusiasmar os analistas, principalmente os do mercado financeiro, haja vista, na atualidade, para os altos “spreads” exigidos pelo risco-país, dificultando a tomada de poupanças externas. Em dias passados duas colocações de bônus no mercado financeiro internacional, uma das empresas postulantes era a Petrobrás, foram suspensas em face das altas taxas atribuídas ao risco-país.

Os problemas do setor externo, caracterizados pela existência de substantivo déficit em conta corrente do Balanço de Pagamentos, tanto em termo absoluto como relativo, revelam-se como uma das fontes mais graves de pressão, impulsionando os “spreads” cobrados por conta do risco-país.

Para que se tenha idéia do mercado de “bonds”, que retrata com fidelidade a evolução do risco-país e, bem assim, a remuneração oferecida para captação de recursos no exterior transcreve-se, na seqüência, listagens dos principais papéis negociados nas praças financeiras européias.

Benchmark Levels		Brazilian C Bonds 8% 15-Apr-14 currently at 75.25-75.75								
Issuer	Ticker	Ccy	Coupon	Maturity	Bid	Offer	Yield	Spread	Min	
Rep of Brazil	BRAZIL	US\$	11,625%	15/abr/04	99,75	100,5	11,31%	T+	817	1
Rep of Brazil	BRAZIL	US\$	9,625%	15/jul/05	91,75	92,5	12,56%	T+	887	1
Rep of Brazil	BRAZIL	US\$	10,250%	11/jan/06	91,75	92,5	12,88%	T+	898	1
Rep of Brazil	BRAZIL	US\$	11,250%	26/jul/07	91	91,75	13,50%	T+	901	1
Rep of Brazil	BRAZIL	US\$	11,500%	12/mar/08	91	92	13,52%	T+	894	1
Rep of Brazil	BRAZIL	US\$	9,375%	7/abr/08	82,75	83,75	13,45%	T+	886	1
Rep of Brazil	BRAZIL	US\$	14,500%	15/out/09	101,5	102,5	13,94%	T+	914	1
Rep of Brazil	BRAZIL	US\$	12,000%	15/abr/10	89,75	90,75	13,96%	T+	908	1
Rep of Brazil	BRAZIL	US\$	11,000%	11/jan/12	83,25	84,25	14,02%	T+	889	1
Rep of Brazil	BRAZIL	US\$	12,750%	15/jan/20	86,5	87,5	14,75%	T+	941	1
Rep of Brazil	BRAZIL	US\$	8,875%	15/abr/24	63,25	64,25	14,22%	T+	877	1
Rep of Brazil	BRAZIL	US\$	10,125%	15/mai/27	70,25	71,25	14,40%	T+	887	1
Rep of Brazil	BRAZIL	US\$	12,250%	6/mar/30	82,25	83,25	14,76%	T+	917	1
Rep of Brazil	BRAZIL	US\$	11,000%	17/ago/40	73,5	74,25	14,83%	T+	921	1
Brazil Offer Axes										
Issuer	Ticker	Ccy	Coupon	Maturity	Bid	Offer	Yield	Spread	Min	
Riocell	RIOCEL	US\$	12,500%	4/nov/02	101,5	103,25	5,34%	T+	350	1
Sabesp	SABESP	US\$	12,000%	15/jul/03	102	104	8,30%	T+	584	1
BBA	BBA	US\$	6,750%	27/fev/04	97	99	7,35%	T+	433	1
Bradesco	BRADES	US\$	5,875%	5/mar/04	97	99	6,46%	T+	343	1
BBVA	BBVSM	US\$	6,375%	25/mar/04	97	99	6,95%	T+	386	10
Eletrobras	ELEBRA	US\$	10,000%	6/jul/04	97	99	10,52%	T+	727	10
Comtel	COMTEL	US\$	10,750%	26/set/04	97,5	100	10,74%	T+	739	100
Itau	ITAU	US\$	6,750%	5/abr/05	96,5	98	7,53%	T+	396	1
Eletrobras	ELEBRA	US\$	12,000%	9/jun/05	98,75	101,75	11,30%	T+	766	1
BNDES	BNDES	US\$	11,250%	20/set/05	97,5	100	11,24%	T+	747	1
Escelsa	ESCEON	US\$	10,000%	15/jul/07	87	89	12,98%	T+	850	1
BNDES: BDFC (A2)	BNDES	US\$	9,625%	12/dez/11	93	96	10,29%	T+	518	1
Unibanco, call 07(A3)	UBB	US\$	9,375%	30/abr/12	97	99	9,63%	yield to call	10	

Indicative US\$ CD Rates (yield given as % per year)								
Issuer		1m	2m	3m	6m	12m	Comment	Min
ABC Brasil Banking Ltd	ECD	1,900%	2,020%	2,150%	2,780%	4,020%	Nassau	100
BBA Creditanstalt Bank Ltd	ECD	1,520%	1,520%	1,520%	2,400%	3,780%	Nassau	50
Boavista Banking Ltd	CD	1..69%	1,720%	1,770%	2,010%	2,600%	Nassau	100
Chase Brazil Risk Notes	Note	-	-	-	2,310%	3,970%	Clauses apply	100
Banco Fibra	CD	1,650%	1,650%	2,650%	3,650%	4,900%	Nassau	100
Votorantim Bank Ltd	STN	1,650%	2,025%	2,150%	2,650%	3,900%	Nassau	100

Fontes: Banco do Brasil - Londres

O resultado mais imediato é que os custos de capitação de poupanças externas contingencia o saldo da Conta Corrente no Balanço de Pagamentos e vem adensando a relação dívida/PIB prejudicando, em consequência, a correta performance macroeconômica.

Por todos esses motivos o aumento permanente do fluxo de comércio – em função do crescimento das importações e exportações, conjugado com programas de substituição competitiva de importações - apresenta-se, no momento, como melhor opção estratégica para o equilíbrio em médio prazo do Setor Externo da Economia.

Será através do aumento e aceleração do ritmo da atividade que o País poderá crescer, sem os sobressaltos dos “stop-and-go” que vem marcando o desempenho da atividade econômica no Brasil.

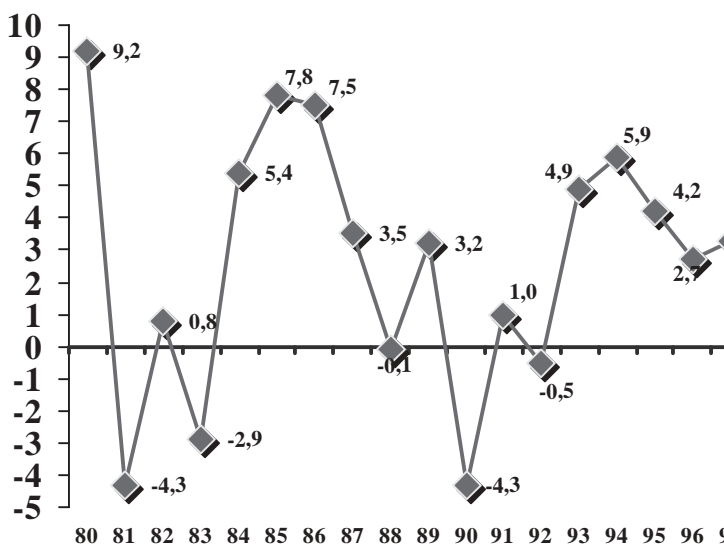
Os fatos ficam evidentes quando da observação do comportamento das variáveis do modelo macroeconômico. O exame do mais importante parâmetro - o Produto Interno Bruto - demonstra que, nas duas últimas décadas, o Brasil vem registrando baixos e instáveis índices de crescimento, com taxa média situando-se em 2,5% ao ano.

Variação% do PIB

Valores do PIB em Reais de 2000

Fonte: Bacen

Característica: “Stop-and-go”



A melhoria do ritmo de crescimento sustentada pode ser auxiliada pela absorção de novas técnicas produtivas. A introdução de tecnologias intensivas de capital – tecnologias de ponta – poderá gerar, instantaneamente, desemprego em alguns setores. No mesmo sentido, os recursos financeiros a serem empregados poderão não ser competitivos quando comparados com a aplicação em outras áreas ou mesmo no sistema financeiro. Todavia, essa estratégia produzirá benefícios altamente positivos pela incorporação de valor nos bens finais produzidos, aumento da receita cambial, sustentação de superávits na Balança Comercial e permitirá a superação dos pontos de estrangulamentos, pontualmente presentes no Balanço de Pagamentos. Em segunda etapa, dar-se-á a ampliação do emprego no conjunto da economia. Com essa trajetória estar-se-ia viabilizando a obtenção de taxa de crescimento econômico mais adequada quando a comparação é feita com as registradas nos últimos anos.

Ainda no segmento externo da Economia, os fluxos de exportação vêm sendo fragilizados pelas necessidades de arrecadação tributária. Deve ser considerada urgente uma reforma fiscal com medidas que desonerem as exportações do peso das contribuições cumulativas, como a Cofins e a CPMF. Esses tributos, aplicados em cascata, retiram competitividade dos produtos exportáveis.

Uma forma conciliatória para evitar perda de receita tributária seria a diluição das alíquotas no interregno em que se completam as negociações para formação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA.

Torna-se evidente que a perda de receita fiscal deve ser compensada pelo esforço conjunto do Executivo e Legislativo na diminuição do gasto público (relação gasto/PIB).

Nesse contexto, outras medidas de largo alcance poderiam enriquecer o elenco de medidas. Por exemplo, a atração dos grandes produtores mundiais que operam em setores específicos e que são deficitários na Balança Comercial. Citar-se-iam no ano 2000, pelo grau de importância e volume de importações, os segmentos das indústrias químicas US\$ 9,997 bilhões; materiais elétricos e comunicações US\$ 6,640 bilhões; veículos automotores US\$ 4,385 bilhões e petróleo e gás US\$ 3,304 bilhões. Outros setores que apresentassem déficits nas suas relações de intercâmbio com o exterior poderiam fazer parte do conjunto.

Outro gargalo do crescimento tem sido a taxa de juros real. Desde o início do processo de estabilização, a taxa de juros real tem assumido altos patamares, reduzindo as forças de crescimento da economia e quebrando a sinergia do processo. Tem-se assumido, como verdade, o fato de que a queda da taxa de juros conduzirá a ritmo mais acelerado do crescimento do PIB e contribuirá para a estabilização, trazendo para baixo, como componente, a relação dívida/PIB. O grande dilema está no fato de serem encontrados caminhos eficientes para conduzir a mudança sem ressuscitar a inflação, os problemas com a indexação da economia, a excessiva intervenção do estado e todos os malefícios que acompanham o fenômeno inflacionário. A certeza e prudência indicam que a sociedade brasileira está feliz em ter relegado ao passado os desconfortos como os desequilíbrios originados pela inflação.

Todavia, essa discussão conduz às portas do Banco Central. A taxa real de juros depende das políticas monetárias e cambiais. Quando o Bacen faz opção por um regime de câmbio fixo (ou de mini-desvalorização) a taxa real de juros absorve todos os choques externos. Em caso do surgimento de uma crise, o Bacen não tem outra saída a não ser elevar a taxa de juros real da economia.

Choques externos são crises internacionais que contaminam a economia do País e podem facilmente evoluir para ataques especulativos. Ocorrido o fenômeno, o Bacen se vê obrigado a evitar as oscilações indesejáveis na taxa cambial. Ao mesmo tempo, tem de liberar divisas para que as empresas endividadas no exterior construam proteção ao risco de câmbio (“hedge”). A forte demanda de curto prazo tende a esgotar as reservas de moeda estrangeira.

Diante da situação, só resta à autoridade monetária elevar a taxa de juros para atrair capitais especulativos (hot money, smart money e etc). No primeiro momento, o Bacen aplica estratégia monetária expansionista, coloca reais em circulação para oferecer contra-partida (liquidez) interna ao novo volume de divisas que se irá juntar às reservas internacionais.

Concomitantemente, o Bacen traça estratégia monetária restritiva para enxugar a liquidez (vende títulos da dívida pública). Em situações extremas, recorre aos organismos multilaterais como FMI, BID etc. para tomar empréstimos externos e, assim, reequilibrar o fluxo de saída e entrada de divisas. Nos dois casos, estar-se-á diante de aumento da Dívida Pública e maiores pressões sobre o Orçamento da União.

Por outro lado, a taxa real de juros estará isenta de contágio quando a opção do Banco Central é feita por regime de câmbio com taxa flutuante (“floating”). A adoção do câmbio flutuante pelo Brasil representou o abandono do câmbio valorizado como única âncora para estabilizar o nível de preços. Essa decisão, tomada em janeiro de 1999, deu início à tendência declinante da taxa de juros real. A queda da taxa, funcionando como estímulo aos investimentos e ao endividamento privado como produto da liberdade cambial requer, contudo, mecanismo que garanta a estabilidade dos preços. Não há dúvidas de que este objetivo só pode ser alcançado mediante rígida disciplina monetária e fiscal. Em uma ponta, medidas rígidas e conscientes do Banco Central no controle da oferta monetária; no outro lado da linha, responsabilidade do Executivo e do Legislativo no empenho dos recursos públicos construindo superávits primários.

Outro ângulo da fragilidade da economia nacional é o excessivo grau de dependência externa. Nesse campo, o câmbio flutuante vem acabando com os déficits elevados na Balança Comercial e, ao mesmo tempo, iniciando um ciclo de superávits. Todavia, tal melhoria ainda não é suficiente para afastar o desequilíbrio do Balanço de Pagamentos em Contas Correntes. O volume das insuficiências continua dependendo de fluxos permanentes de investimentos diretos, cujo aumento será função do crescimento da economia.

Déficits sucessivos em contas correntes são resultantes de câmbio que retrata a realidade da economia. O regime de flutuações eleva as possibilidades de o mercado produzir uma taxa de câmbio real. Como se vem observando, a dívida externa parou de crescer, o que é um reflexo do sistema de câmbio flutuante. Todavia, o déficit em contas correntes permanece, ainda, superior ao nível sustentável.

Porém, diante das condições da economia brasileira, não seria economicamente aconselhável e politicamente viável (Mercosul) fazer os ajustes através de desvalorizações cambiais.

Produzir ajuste consciente requer disciplina na dimensão dos gastos programado pelo Executivo e Legislativo. Há necessidade de que se evolua para condição mais confortável ao considerar a situação atual, em face da inserção mais ampla do Brasil no processo de globalização e do futuro funcionamento da ALCA.

O ajustamento do setor externo, que se vem processando, quando trazido para o quadro econômico nacional, mostra que o esforço fiscal até então

implementado, é insuficiente. Na realidade, apenas foram ajustados aos superávits primários, em razão da taxa real de juros, para estabilizar a relação dívida/PIB. A disciplina nos gastos governamentais deve fazer parte de espectro mais amplo desenhado pela Política Fiscal.

A dependência externa dos fluxos de capitais transforma-se em realidade econômica sempre que o déficit em contas corrente assume volume que não possa ser atendido pelo superávit comercial (intercâmbio externo) somado às disponibilidades criadas pelo superávit primário (política orçamentária).

Não se pode, contudo, esquecer o fato de que nas contas externas do Brasil não se observava, em passado não muito distante, déficit estrutural nas Contas Correntes. Porém, a insistência e manutenção de um câmbio fixo valorizado, por dilatado período, levaram a um déficit artificialmente construído, criando a vulnerabilidade externa e a dependência dos fluxos de capitais especulativos.

As causas apontadas para esse medíocre padrão de crescimento são variadas. Por tratar-se de valores agregados, as deficiências espalham-se por diferentes setores de atividade. É flagrante a falta de políticas específicas, por exemplo, no campo da educação, destinadas a aprimorar o conhecimento tecnológico.

Políticas bem sucedidas nessa área estão aptas a alavancar a produtividade dos fatores e agentes da produção e manter o crescimento sustentado do produto(PIB). Tem-se a sensação de que essas iniciativas estão relegadas a segundo plano.

O setor externo da economia é crucial no processo de globalização. Distorções tributárias vêm impedindo o crescimento das exportações, fonte das divisas que garantem o equilíbrio das contas externas. Infelizmente, existe, ainda hoje no País, um sistema míope de incentivos que, ao invés de direcionar a renúncia fiscal para a eficiência, a inovação e a produtividade, alimentou pretérita ineficiência provocada por arranjos como reservas de mercado, proteções excessivas e artifícios que esbarraram em normas internacionais, inspiradas pela Organização Mundial do Comércio.

A constante promoção comercial e “lobbies” atuantes no exterior dariam suporte à defesa dos produtos nacionais, garantindo-os contra o neoprotecionismo que volta à cena internacional (aço, sucos, tecidos etc.) aumentando o volume exportado.

Fez-se questão de focalizar o setor externo da economia para ressaltar alguns dos grandes desafios que estão colocados à economia nacional para sua ampla inserção no mundo globalizado...

Obs.: Como o tema conota grande interesse e foi apenas levemente examinado, oportunamente será complementado com o desenvolvimento de outros aspectos relevantes.

** Economista - Adjunto da Divisão de Assuntos Econômicos da ESG.*